



***EROTIZAÇÃO DE MENINOS: SCRIPTS DE GÊNERO, MASCULINIDADES E
VULNERABILIDADES À VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL***

***EROTIZACIÓN DE LOS NIÑOS: GUIONES DE GÉNERO, MASCULINIDADES Y
VULNERABILIDADES A LA VIOLENCIA/ABUSO SEXUAL***

***EROTICIZATION OF BOYS: GENDER SCRIPTS, MASCULINITIES AND
VULNERABILITIES TO SEXUAL VIOLENCE/ABUSE***

Cristiano Eduardo da Rosa¹

Jane Felipe²

RESUMO

A erotização de meninos constitui um fenômeno socialmente invisibilizado, mas com graves consequências para o desenvolvimento infantil e a proteção da infância. Este artigo analisa como *scripts* de gênero, projetos de masculinização e pedagogias da sexualidade contribuem para a atribuição de sentidos eróticos precoces ao corpo e comportamento da criança, configurando processos de pedofiliação. A partir de referenciais dos Estudos de Gênero, da Sexualidade e das Masculinidades, discutem-se práticas cotidianas que naturalizam a erotização de meninos, seus impactos na autoestima, na saúde mental, na aprendizagem e na vulnerabilidade à violência/abuso sexual. Considera-se que enfrentar essa realidade exige ações articuladas entre família, escola, mídia e políticas públicas, além de uma transformação cultural que reconheça meninos como sujeitos de direitos e valorize masculinidades diversas e não violentas.

PALAVRAS-CHAVE: Meninos. Erotização. Violência/abuso sexual. Educação.

RESUMEN

La erotización de los niños varones es un fenómeno socialmente invisible, pero con graves consecuencias para el desarrollo infantil y su protección. Este artículo analiza cómo los guiones de género, los proyectos de masculinización y las pedagogías de la sexualidad contribuyen a la atribución de significados eróticos tempranos a los cuerpos y comportamientos infantiles, configurando procesos de pedofiliación. Con base en los

¹ Doutor em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Doutora em Educação. Instituto Federal Catarinense, Camboriú, Santa Catarina, Brasil.

marcos de referencia de los Estudios de Género, Sexualidad y Masculinidad, el artículo aborda las prácticas cotidianas que naturalizan la erotización de los niños varones, sus impactos en la autoestima, la salud mental, el aprendizaje y la vulnerabilidad a la violencia/abuso sexual. Abordar esta realidad requiere acciones coordinadas entre la familia, la escuela, los medios de comunicación y las políticas públicas, así como una transformación cultural que reconozca a los niños varones como sujetos de derechos y valores masculinidades diversas y no violentas.

PALABRAS-CLAVE: Niños. Erotización. Violencia/abuso sexual. Educación.

ABSTRACT

The eroticization of boys is a socially invisible phenomenon, but one with serious consequences for child development and child protection. This article analyzes how gender scripts, masculinization projects and pedagogies of sexuality contribute to the attribution of early erotic meanings to children's bodies and behavior, configuring processes of pedophilization. Based on frameworks from Gender, Sexuality and Masculinity Studies, the article discusses everyday practices that naturalize the eroticization of boys, its impacts on self-esteem, mental health, learning and vulnerability to sexual violence/abuse. Addressing this reality requires coordinated actions between family, school, media and public policies, as well as a cultural transformation that recognizes boys as subjects of rights and values diverse and nonviolent masculinities.

KEYWORDS: Boys. Eroticization. Sexual violence/abuse. Education.



Infância em risco: a invisibilidade da erotização de meninos

A violência/abuso sexual contra meninos constitui uma realidade historicamente invisibilizada nos estudos acadêmicos, nas estatísticas oficiais e nas práticas sociais de proteção à infância. Tal fato está relacionado a um conjunto de representações sociais que vinculam a masculinidade à ideia de força, virilidade e invulnerabilidade. Assim, reconhecer meninos como vítimas desse crime se torna um desafio, uma vez que a masculinidade hegemônica é construída em oposição à fragilidade, ao cuidado e à vulnerabilidade. Essa lógica silencia experiências, deslegitima denúncias e dificulta a formulação de políticas públicas efetivas.

A erotização dos meninos, nesse contexto, poderia ser entendida como um processo social que extrapola os casos de violência direta e se manifesta em práticas cotidianas aparentemente inofensivas, mas que antecipam códigos adultos de sexualidade para corpos infantis. Incentivar “namorinhos” na escola, achar engraçado os comentários sexualizados feitos por crianças ou fazer tais comentários dirigidos a elas enquanto uma pessoa adulta, naturalizar roupas ou músicas com forte conotação erótica: tudo isso compõe um cenário no qual o corpo do menino é interpretado como desejante, disponível

e sexualizado antes do tempo. Essa antecipação fragiliza a infância, compromete seu desenvolvimento e amplia os riscos de vitimização.

O desafio que se coloca, portanto, seria compreender como a erotização de meninos se insere em uma teia de discursos, práticas e instituições que regulam a infância. Podemos perceber que a erotização não é episódica, mas resultado de *scripts* de gênero, projetos de masculinização e pedagogias da sexualidade que moldam os corpos desde cedo. Esses processos são reforçados pela mídia, pela escola, pela família e por outras instâncias sociais que, em maior ou menor grau, operam na constituição de infâncias dos meninos, reguladas pela cisheterossexualidade compulsória e pela lógica da virilidade.

Este artigo busca, portanto, analisar criticamente como a erotização precoce de meninos se constitui, quais práticas sociais a sustentam e quais os prejuízos ela provoca na subjetividade, na educação e na inserção social desses sujeitos. Para tanto, mobiliza um referencial teórico que articula Estudos de Gênero, da Sexualidade e das Masculinidades, além de dados recentes sobre violência/abuso sexual no Brasil. Ao longo do texto, procuraremos destacar tanto os mecanismos de naturalização da erotização quanto às formas de resistência possíveis, com ênfase no papel da escola e do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

A relevância deste estudo está em dar visibilidade a uma dimensão da infância de meninos frequentemente silenciada. Pensar sobre a erotização deles significa enfrentar tabus sociais, questionar o imaginário que associa masculinidade à invulnerabilidade e, sobretudo, garantir o direito à infância plena, sem violências. Mais do que uma análise acadêmica, trata-se de um compromisso ético e político com a proteção de crianças que, historicamente, têm suas experiências invisibilizadas e deslegitimadas.

Scripts de gênero e projeto de masculinização: roteiros em formação

O conceito de *scripts* de gênero é fundamental para compreendermos como a sociedade constrói roteiros normativos que orientam e regulam comportamentos, desejos e identidades a partir do sexo biológico atribuído ao nascimento. De acordo com Jane Felipe (2019), trata-se de prescrições culturais e sociais, muitas vezes naturalizadas, que operam como manuais de conduta, dizendo-nos como devemos agir, sentir e até pensar em razão de termos nascido com determinada genitália. Esses *scripts* não são neutros:

estão imbricados em discursos médicos, jurídicos, psicológicos, religiosos e midiáticos, e são constantemente reforçados por instituições como a família, a escola e a igreja.

No caso dos meninos, tais *scripts* de gênero estão fortemente relacionados à construção da masculinidade hegemônica. Espera-se que eles, desde muito cedo, demonstrem atributos associados à racionalidade, força física, competitividade e autonomia, distanciando-se de qualquer comportamento considerado feminino ou infantilizado. Esse processo de socialização pode ser entendido como um verdadeiro projeto de masculinização, como pontua João Paulo Baliscei (2021a), em que meninos são sistematicamente orientados a performar representações compatíveis com uma identidade masculina reconhecida e valorizada socialmente.

Ao discutir a performatividade de gênero, Judith Butler (2003) contribui para compreender que tais *scripts* não são naturais ou fixos, mas reiterados por meio de atos, gestos e discursos que produzem a ilusão de essência. No contexto da masculinização dos meninos, a performatividade explica por que determinadas práticas – como brincadeiras que reforçam a virilidade ou a censura de gestos femininos – são constantemente repetidas e naturalizadas, consolidando a norma da masculinidade hegemônica. Essa perspectiva permite também enxergar a possibilidade de subversão, quando meninos recusam ou reinventam essas performances, abrindo brechas para masculinidades plurais.

Elisabeth Badinter (1993) descreve esse projeto por meio da ideia da tripla negação: para ser considerado homem, o sujeito não pode ser feminino, não pode ser dependente ou submisso e não pode ser homossexual. Essa lógica atua como fronteira simbólica que empurra meninos a negar aspectos de sua própria subjetividade e de sua vivência afetiva, sob pena de sofrerem discriminações, punições e exclusões. A masculinidade, nesse sentido, afirma-se mais pelo que se rejeita do que pelo que se assume (Baliscei, 2021a).

Além disso, esse processo é continuamente reforçado por práticas sociais, pedagógicas e midiáticas. Livros destinados a orientar famílias sobre como criar meninos, propagandas que associam virilidade à coragem e à sexualidade precoce, discursos escolares que incentivam comportamentos competitivos e agressivos: todos esses elementos contribuem para consolidar uma matriz de masculinidade que parece natural, mas é resultado de uma pedagogia cultural bastante sofisticada. Como nos lembra Guacira Lopes Louro (2016), não há neutralidade na forma como se educam meninos e meninas; há sempre uma intencionalidade de normatização.

Contudo, é importante destacar que nem todos os meninos internalizam esses *scripts* de maneira total. Muitos os negociam, recusam parcialmente ou produzem alternativas. Fernando Seffner (2016) chama atenção para as derivas da masculinidade, enfatizando que os modos de ser homem são múltiplos e fluem em diferentes direções, mesmo quando confrontados por normas rígidas. Essas derivas apontam para a possibilidade de reinvenção e resistência, ainda que sob vigilância constante.

Raewyn W. Connell (1995), ao formular o conceito de masculinidade hegemônica, evidencia que não existe uma masculinidade única, mas sim uma hierarquia de masculinidades em disputa, na qual a hegemonia se estabelece pela dominação sobre mulheres e pela subordinação de masculinidades não conformes. No caso dos meninos, isso significa que expressões dissidentes – como a delicadeza, a afetividade ou a homossexualidade – são desvalorizadas e estigmatizadas, reforçando o caráter excludente dos *scripts* de gênero. Essa lógica de hierarquização opera como força disciplinadora, constrangendo meninos a reproduzir padrões normativos para serem reconhecidos socialmente.

O conceito de projeto de masculinização, portanto, ajuda-nos a entender que a erotização de meninos não se dá em um vazio, mas está articulada a um esforço contínuo de disciplinar seus corpos e suas expressões de gênero. Ser menino significa, nesse contexto, estar submetido a uma pedagogia cultural que exige prova constante de virilidade, colocando-os em contato com experiências ou sentidos eróticos da vida adulta e contribuindo para sua vulnerabilidade frente a situações de violência/abuso sexual.

Importante ressaltar que os *scripts* de gênero não se encerram na infância, mas se estendem e se reconfiguram ao longo de toda a vida. A erotização precoce de meninos, muitas vezes associada à afeminação, é sucedida por rituais de masculinização que assumem diferentes maneiras em etapas posteriores, seja na adolescência, quando se intensifica a pressão pela virilidade, seja na vida adulta, marcada por exigências de desempenho sexual e afirmação da heteronormatividade. Esse processo, como é possível observar nos estudos de Rolf Ribeiro de Souza (2003) e de Marcio Caetano e Paulo Melgaço da Silva Junior (2018), evidencia a continuidade da configuração de gênero, reafirmando que a vulnerabilização dos meninos não é episódica, mas estrutural.

Pedagogias da sexualidade: disciplinando corpos masculinos

A noção de pedagogias da sexualidade, desenvolvida por Louro (2016), oferece uma lente importante para compreender os processos de formação de meninos e meninas. Trata-se de pedagogias difusas, que não se limitam ao espaço escolar, mas estão presentes em todas as instâncias sociais — família, mídia, igreja, publicidade — e que atuam na constituição dos sujeitos de maneira contínua, sutil e duradoura. Essas pedagogias operam por meio de discursos, imagens, práticas, silenciamentos e até gestos cotidianos que ensinam, reforçam ou censuram modos de ser e viver o gênero e a sexualidade.

Ao longo da infância, meninos são expostos a orientações explícitas, como quando são incentivados a brincar de esportes violentos ou a não chorar, e a orientações implícitas, como a desaprovação de gestos considerados femininos ou a valorização da virilidade precoce. Nesse processo, o corpo se torna objeto de escolarização, sendo disciplinado para caber em padrões de gênero rígidos e hierarquizados. A pedagogia da sexualidade, portanto, não apenas transmite normas, mas produz subjetividades.

É nesse contexto que a erotização dos meninos ganha contornos mais complexos. Por meio de músicas que celebram a conquista sexual, programas televisivos que expõem corpos infantis de maneira erotizada, ou ainda discursos familiares que elogiam a “precocidade” de comportamentos sexuais, meninos são ensinados a se verem e a serem vistos como sujeitos desejantes. O problema não está em reconhecer que crianças têm um corpo potencialmente erótico, mas em atribuir a esse corpo significados adultos, potencializando e deslocando para a infância expectativas de desejo e desempenho sexual (Felipe, 2013).

Além disso, a pedagogia da sexualidade exerce também uma função repressiva. Se por um lado legitima a masculinidade viril, cisheterossexual e ativa, por outro reprime e marginaliza identidades e práticas que escapam a esse padrão: meninos afeminados, homossexuais ou que expressem delicadeza, cuidado e sensibilidade são frequentemente alvo de discriminação e violência. Dessa maneira, a pedagogia da sexualidade atua tanto na afirmação de determinados modos de ser quanto na exclusão de outros.

Essa pedagogia atravessa os corpos de maneira difusa, deixando marcas simbólicas e materiais que definem o que é ser menino - afinal, como pergunta Balisceci (2021b), quem tornou masculino o corpo infantil do menino? A escola, a família, a mídia e a religião, cada uma a seu modo, operam nessa formação, ora reforçando *scripts*, ora abrindo brechas para novas possibilidades. No entanto, a hegemonia da masculinidade tradicional ainda prevalece, sustentando processos de erotização que expõem meninos a riscos e violências.

Sob a perspectiva foucaultiana, tais pedagogias podem ser compreendidas como parte de um regime de biopoder que disciplina corpos e regula populações. Michel Foucault (2015) argumenta que a sexualidade se tornou um dispositivo central da modernidade, por meio do qual se produzem sujeitos dóceis e úteis. A escola, a família, a medicina e a religião funcionam como instâncias que exercem um contínuo controle sobre corpos infantis, instaurando fronteiras entre o permitido e o proibido, entre a normalidade e a anormalidade. No caso dos meninos, a erotização é um efeito desse mesmo dispositivo, ao produzir corpos infantis como objetos de saber e desejo.

Esse processo também pode ser lido como uma maneira de disciplinamento dos corpos, na medida em que suscita práticas reiteradas de autocontrole e vigilância. Meninos aprendem a regular gestos, posturas e expressões, não apenas para se adequarem a expectativas sociais, mas também para internalizar o olhar normativo que os constitui como sujeitos. A erotização, nesse sentido, não é apenas imposição externa: é também incorporada, naturalizada e reproduzida no cotidiano. Essa análise foucaultiana adensa a compreensão das pedagogias da sexualidade, ao demonstrar que a erotização não é acidental, mas estrutural ao modo como a sociedade organiza e governa corpos infantis.

Portanto, compreender as pedagogias da sexualidade (Louro, 2016) é essencial para analisar como a erotização precoce de meninos se insere em um projeto mais amplo de regulação social dos corpos. Trata-se de reconhecer que a sexualidade infantil não é natural, mas culturalmente produzida, e que as práticas que a moldam podem tanto proteger quanto vulnerabilizar. Portanto, cabe reconhecer que tais pedagogias não são apenas instrumentos de regulação, mas também potenciais campos de disputa e resistência. Ao problematizá-las, abre-se a possibilidade de transformar práticas sociais, pedagógicas e culturais, permitindo que meninos vivam sua infância com mais liberdade, proteção e reconhecimento de sua pluralidade.

Erotização e pedofilização: vulnerabilidades também impostas aos meninos

A erotização de meninos deve ser compreendida como parte de um fenômeno cultural mais amplo denominado por Felipe (2006) de pedofilização. Esse conceito aponta para a contradição existente entre o aparato jurídico e social que busca proteger a infância e, ao mesmo tempo, a lógica cultural que erotiza, consome e transforma corpos infantis em objetos de desejo. A pedofilização se manifesta quando práticas sociais, discursos

midiáticos e produtos culturais atribuem significados sexuais a comportamentos e aparências de crianças, antecipando para a infância aspectos que pertencem ao universo adulto.

A naturalização desse processo pode ser percebida em situações cotidianas: campanhas publicitárias que sexualizam crianças; músicas e programas televisivos que incentivam performances sensuais; piadas ou comentários de adultos sobre a aparência e o corpo dos meninos; incentivos a “namorinhos” ainda na infância; ou mesmo a exposição a conteúdos digitais com forte carga erótica. Embora mais frequentemente reconhecida em relação às meninas, a erotização também atinge os meninos, sobretudo aqueles que não se enquadram no modelo tradicional de masculinidade. Meninos afeminados ou que demonstram delicadeza são, muitas vezes, alvo de interpretações sexualizadas e estigmatizantes, como se sua expressão de gênero fosse um indício de disponibilidade sexual, como observa Cristiano Eduardo da Rosa (2024).

Outro aspecto importante é a maneira como representações culturais associam juventude e erotismo. O fetiche em torno de corpos masculinos jovens, magros e sem pelos, como representado na figura do *twink*, evidencia a exploração de traços infantis ou juvenis na construção de objetos de desejo. Esse imaginário, amplificado por mídias e redes sociais, contribui para borrar as fronteiras entre infância, adolescência e vida adulta, legitimando práticas de olhar e consumo que deveriam ser reconhecidas como violação de direitos.

A erotização e a pedofiliação, assim, não apenas antecipam a sexualidade dos meninos, mas também criam condições de vulnerabilidade frente à violência/abuso sexual. Ao naturalizar o acesso precoce a conteúdos e práticas adultas, a sociedade banaliza o assédio, relativiza situações de abuso e enfraquece a percepção dos limites do consentimento. Assim, práticas aparentemente inofensivas – como rir de um comentário sexual de uma criança, incentivar que meninos consumam pornografia ou exaltar sua precocidade sexual – funcionam como um preâmbulo para a violência/abuso sexual.

Compreender a pedofiliação (Felipe, 2006) significaria reconhecer que a erotização de meninos não se limita a casos isolados, mas é sustentada por uma cultura que erotiza a infância e fragiliza sua proteção. Romper com essa lógica exige problematizar práticas sociais, desconstruir discursos midiáticos e propor maneiras alternativas de educar meninos, que respeitem seus direitos e assegurem uma infância livre de exploração e violência.

Erotização de meninos e suas consequências sociais, psicológicas e educacionais

A erotização precoce de meninos produz efeitos profundos no desenvolvimento subjetivo, social e educacional. Esses impactos não se restringem ao campo da sexualidade, como pontua Leiliane Rocha (2024), mas atravessam dimensões diversas da vida, interferindo na construção da autoestima, no modo como percebem seus corpos e na maneira como estabelecem relações.

Um primeiro impacto refere-se à autoimagem e autoestima. Ao serem tratados como sujeitos desejantes antes do tempo, meninos podem desenvolver uma visão distorcida de si, sentindo-se obrigados a corresponder a expectativas sexuais que não compreendem plenamente. Isso gera inseguranças, sentimentos de inadequação e dificuldades em lidar com a própria identidade.

Outro efeito significativo é o aumento da vulnerabilidade emocional e psicológica. A exposição precoce a conteúdos e práticas sexualizadas está associada a maior incidência de transtornos de ansiedade, sintomas depressivos e dificuldades de autorregulação emocional. A erotização também pode levar a comportamentos compulsivos, como o consumo excessivo de pornografia e a masturbação precoce, que funcionam como maneiras de lidar com pressões internas e externas.

Na esfera educacional, meninos erotizados frequentemente apresentam prejuízos na aprendizagem. A sobrecarga emocional e os conflitos subjetivos que enfrentam impactam na concentração, na motivação e no desempenho escolar. Além disso, a erotização pode reforçar *scripts* de gênero que afastam meninos de determinadas áreas do conhecimento, restringindo suas possibilidades de desenvolvimento pleno.

Outro desdobramento é a precocidade da vida sexual. Meninos expostos a discursos e práticas erotizadas tendem a iniciar relações sexuais antes do tempo adequado, sem maturidade suficiente para compreender riscos, consentimento e cuidado. Essa antecipação fragiliza sua proteção e amplia a probabilidade de envolvimento em situações de exploração e violência/abuso sexual.

Nesse contexto, a *Pesquisa Nacional da Saúde Escolar 2019* (IBGE, 2021) apontou que, entre os jovens de 13 e 15 anos de idade, 34,6% dos meninos já tiveram relação sexual; 61,3% tiveram a primeira relação sexual antes dos 14 anos; 35,9% tiveram antes dos 13 anos; 62,8% usaram preservativo na última relação sexual; 3,7% já foram

obrigados a terem relação contra a sua vontade; e 14,6% dos meninos afirmaram já terem sido tocados, manipulados, beijados ou passaram por situações de exposição de partes do seu corpo contra a vontade alguma vez na vida. Esses dados revelam que a iniciação sexual precoce entre meninos não pode ser vista apenas como sinal de autonomia, mas também como evidência da erotização e da vulnerabilidade a situações de coerção e violência. Ao dialogar com os impactos discutidos neste artigo, a pesquisa evidencia a urgência de políticas que enfrentem a naturalização da sexualidade precoce masculina e assegurem o direito à proteção integral na infância e adolescência.

Por fim, a erotização também aumenta a susceptibilidade à violência/abuso sexual. Ao serem vistos e construídos como corpos disponíveis, os meninos tornam-se alvos mais fáceis de agressores. A naturalização de comportamentos sexualizados dificulta que reconheçam situações abusivas, reduz sua capacidade de denunciar e, em muitos casos, silencia experiências de violência.

O *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025* (FBSP, 2025) afirma que meninos e homens representam 12,3% de vítimas de violência/abuso sexual no Brasil em 2024; os registros tiveram crescimento de 10,6% entre os meninos de 0 a 13 anos de idade em comparação a 2023; a maior concentração de casos está entre 5 e 9 anos, faixa que representa 32,8% dos registros; e 89% dos casos ocorrem antes dos 18 anos - ao atingirem a maioridade, o risco reduz significativamente. Esses dados reforçam que a violência/abuso sexual contra meninos é uma realidade persistente e crescente, especialmente na infância, quando a vulnerabilidade é maior. A concentração dos casos entre 5 e 9 anos expõe como a erotização precoce se articula a contextos de abuso, também desafiando políticas públicas a reconhecerem e enfrentarem a especificidade dessa violação de direitos.

Uma análise interseccional permite compreender que a sexualização precoce de meninos não se dá de maneira homogênea, mas é atravessada por marcadores sociais de diferença, como raça e classe. Crianças negras e pobres, historicamente associadas a estígmas de hipersexualização, tendem a ser vistas como corpos mais disponíveis e menos dignos de proteção. A desigualdade estrutural, assim como argumentam Emanuelle Silva, Roberto Torres e Tábata Berg (2009), aprofunda processos de vulnerabilização e naturaliza experiências de violência, evidenciando que a erotização de meninos se intensifica nos contextos de maior precariedade social.

Em síntese, os impactos da erotização são múltiplos e interdependentes: comprometem a saúde mental, prejudicam o aprendizado, restringem horizontes de

desenvolvimento e aumentam a vulnerabilidade à violência. Reconhecer tais consequências é fundamental para embasar políticas públicas, práticas educativas e ações de cuidado que assegurem o direito dos meninos a uma infância protegida e integral.

Construindo uma infância protegida: caminhos de enfrentamento e prevenção

A problematização da erotização de meninos não deve se limitar à denúncia do fenômeno, mas precisa apontar para estratégias de enfrentamento e prevenção que assegurem a proteção integral da infância. Tais caminhos envolvem a articulação entre diferentes esferas sociais – família, escola, mídia, sociedade civil e Estado – na construção de práticas e políticas que rompam com a lógica da pedofiliação e valorizem a infância como tempo de cuidado, proteção e desenvolvimento.

Um primeiro eixo seria o papel da família. É fundamental que pais e responsáveis reconheçam que brincadeiras, comentários ou incentivos sexualizados não são inofensivos, mas podem expor meninos à vulnerabilidade. Christiane Sanderson (2008) salienta que investir em uma educação afetiva, que dialogue sobre o corpo, os limites e o respeito ao outro, fortalece a proteção e contribui para que meninos reconheçam situações de violência.

Entretanto, frequentemente convocada como instância primeira de proteção das crianças, a família também deve ser problematizada a partir de seus paradoxos. Vanessa Leite (2019) destaca que em contextos marcados pelo discurso político da "defesa da família", esse âmbito é ao mesmo tempo exaltado como lugar de cuidado e utilizado como dispositivo de controle moral e de patrulhamento de gênero. Ao mesmo tempo em que pode atuar na proteção dos meninos, como afirmam Cristiano Eduardo das Rosa e Jane Felipe (2023), a família também pode silenciar ou mesmo reproduzir violências, apontando que não se trata de um espaço naturalmente seguro, mas de uma instituição atravessada por disputas e contradições.

O segundo eixo refere-se à escola como espaço privilegiado de formação. As instituições de ensino podem e devem promover uma educação para a sexualidade, que problematize *scripts* de gênero, discuta consentimento e valorize a diversidade de expressões masculinas. Projetos pedagógicos, rodas de conversa e a inclusão de temas de

gênero e sexualidade de maneira transversal no currículo são instrumentos que fortalecem meninos contra processos de erotização e exploração sexual.

A mídia e as redes sociais compõem um terceiro eixo fundamental. A regulação de conteúdos publicitários que exploram a infância, bem como a responsabilização de plataformas digitais por materiais sexualizados dirigidos a crianças, são medidas urgentes. Paralelamente, é preciso fomentar produções culturais que apresentem representações positivas e plurais das infâncias, livres da lógica adultocêntrica e sexualizante.

Outro caminho é o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, que deve atuar na prevenção, na proteção e na responsabilização de agressores. Isso implica capacitação permanente de profissionais da Saúde, da Educação e da Assistência Social para identificar sinais de erotização e violência/abuso sexual, além da criação de protocolos específicos de atendimento a meninos vítimas.

Considerando o exposto, o enfrentamento exige também uma dimensão cultural e política mais ampla, voltada à desconstrução da masculinidade hegemônica que associa valor ao desempenho sexual precoce e à virilidade compulsória. Promover masculinidades diversas, cuidadoras e não violentas é parte essencial da prevenção, pois amplia os horizontes de existência dos meninos e reduz as condições que os tornam vulneráveis.

No Brasil, esse debate precisa ser articulado ao marco legal que já reconhece a proteção integral como direito fundamental. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990) estabelece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que sua dignidade deve ser preservada em qualquer circunstância. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Brasil, 2013), por sua vez, define diretrizes para prevenção, atenção, defesa e responsabilização, sendo uma referência importante para políticas locais e nacionais. Além disso, a Lei 13.431/2017 (Brasil, 2017) introduziu avanços significativos ao criar um Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência, com procedimentos específicos de escuta e acolhimento.

A incorporação desses marcos normativos no cotidiano da escola, da saúde e da assistência social seria fundamental para transformar princípios em práticas efetivas. Ao mesmo tempo, torna-se necessário problematizar como tais dispositivos ainda enfrentam resistências culturais, falta de investimento e desconhecimento por parte de profissionais. Inserir a discussão da erotização de meninos nesse contexto amplia a visibilidade do tema

e fortalece a luta por uma infância protegida, reconhecendo que garantir direitos passa também por enfrentar práticas naturalizadas de erotização infantil.

Apesar dos avanços legais, os limites para a efetivação dessas políticas permanecem significativos. A ausência de formação continuada de docentes e profissionais da rede de proteção compromete a identificação precoce de situações de erotização e violência/abuso sexual. Além disso, persistem fortes resistências culturais que dificultam a abordagem da sexualidade infantil de maneira ética e educativa, reforçando tabus e silêncios. Somam-se a esses obstáculos os cortes orçamentários em políticas sociais e educacionais, que fragilizam a execução das diretrizes previstas no ECA e no Plano Nacional. Outro desafio central é a invisibilidade da temática da erotização de meninos nos currículos escolares, o que impede que a prevenção seja incorporada de maneira sistemática às práticas pedagógicas. Tais limitações revelam que o enfrentamento da erotização exige não apenas marcos legais, mas investimento político, cultural e pedagógico consistente.

Portanto, os caminhos de enfrentamento e prevenção da erotização de meninos passam pela articulação entre práticas educativas, políticas públicas, regulação midiática e transformação cultural. Trata-se de um esforço coletivo que exige compromisso social e político com o direito à infância, reconhecendo os meninos como sujeitos de cuidado e de direitos, e não como corpos a serem erotizados e consumidos.

Considerações finais: por uma proteção integral e transformação cultural

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a erotização de meninos não é um fenômeno isolado, mas parte de um conjunto mais amplo de práticas e discursos que regulam corpos e subjetividades. Articulada a *scripts* de gênero, projetos de masculinização, pedagogias da sexualidade e processos de pedofiliação, a erotização precoce compromete o direito à infância, fragiliza a proteção e amplia a vulnerabilidade à violência/abuso sexual.

Reconhecer a seriedade dessa questão é passo essencial para o enfrentamento. Seria preciso romper com a naturalização de práticas aparentemente inofensivas, mas que erotizam os meninos como efeito das pedagogias da sexualidade e etapa da pedofiliação, transformando-os em objetos de desejo social. Mais do que denunciar, o desafio é propor alternativas que passem pela educação crítica, pela desconstrução de *scripts* de gênero,

pelo fortalecimento das famílias e das escolas, pela regulação da mídia e pela consolidação de políticas públicas de proteção.

As discussões aqui apresentadas indicam que assegurar a meninos uma infância plena, livre de erotização e exploração, exige não apenas medidas institucionais, mas também uma mudança cultural mais ampla. Essa transformação precisa reconhecer os meninos como sujeitos de direitos e de cuidado, e não como corpos a serem disciplinados ou consumidos. Somente assim será possível avançar na construção de uma sociedade que valorize a infância, proteja suas singularidades e garanta que todos possam crescer com dignidade, respeito e liberdade.

Nesse sentido, o presente estudo buscou contribuir para ampliar a visibilidade de uma problemática ainda silenciada, ao mesmo tempo em que ofereceu subsídios teóricos e práticos para o debate educacional e social. Retomando os objetivos iniciais, reafirma-se que problematizar a erotização de meninos (e também das meninas) é condição indispensável para a efetivação dos direitos da infância e para o fortalecimento de uma cultura de proteção. Mais do que um tema acadêmico, trata-se de uma urgência ética e política que interpela educadores/as, famílias, gestores/as e formuladores/as de políticas públicas.

Portanto, a continuidade dessa agenda de pesquisa e intervenção requer tanto o aprofundamento dos estudos sobre gênero, sexualidade e masculinidades na infância, quanto o investimento em ações concretas de prevenção e cuidado. Somente com o engajamento coletivo e a articulação entre universidade, sociedade civil e Estado será possível consolidar práticas transformadoras que enfrentem a erotização precoce e assegurem a todos os meninos a vivência de uma infância íntegra, protegida e respeitada.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BALISCEI, João Paulo. **Não se nasce azul ou rosa, torna-se**: cultura visual, gênero e infâncias. Salvador: Devires, 2021a.
- BALISCEI, João Paulo. “Quem tornou masculino o corpo infantil do menino?”: Infância, Arte e Educação. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 14, n. 2, p. 139-157, maio/ago. 2021b.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.431**, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: SDH, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. Roda de homens negros: masculinidades, mulheres e religião. In: CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da (org.). **De guri a cabra-macho**: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018. p. 190-211.

CONNELL, Raewyn W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025**. São Paulo: FBSP, 2025.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo o pedófilo? **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 54-66.

FELIPE, Jane. *Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente*. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (org.). **Para Pensar a Docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 238-250.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 3. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**: 2019. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, maio/ago. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 7-34.

ROCHA, Leiliane. **Como falar sobre sexualidade com as crianças.** Bauru: Astral Cultural, 2024.

ROSA, Cristiano Eduardo da. **Violência/abuso sexual contra meninos:** a pedofiliação na educação das masculinidades dissidentes na infância. 2024. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Uma família que não educa e nem protege? *Scripts de gênero e violência/abuso sexual contra meninos. Revista Debates Insubmissos*, Caruaru, v. 6, n. 20, jan./maio. 2023.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças:** fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books, 2008.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade:** representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Emanuelle; TORRES, Roberto; BERG, Tábata. A miséria do amor dos pobres. In: SOUZA, Jessé (org.). **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 143-171.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. **A Confraria da Esquina:** o que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando. Etnografia de um churrasco de esquina no subúrbio carioca. Rio de Janeiro: Bruxedo, 2003.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em agosto de 2025.